

**À
COMISSÃO PARLAMENTAR DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Exmos. Senhores.

Em anexo enviamos o ofício deste Sindicato e os Pareceres da CGTP-IN que este Sindicato também subscreve sobre os Projectos de Lei acima mencionados.

Com os nossos melhores cumprimentos



Av. Estados Unidos da América, nº 53, 15º Esq.

1700-165 Lisboa

Tel: 213 966 652 Telem: 969 101 802

www.stt.org.pt

À
Comissão Parlamentar do Trabalho e da
Segurança Social e do Trabalho
Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1249 Lisboa

13-02-2019

Assunto: Apreciação do Projecto de Lei n.º 1012/XIII - Procede à alteração do Regime de Execução do Acolhimento Familiar, reforçando o acolhimento familiar, promovendo uma política efectiva de desinstitucionalização de crianças e jovens (PAN)

E

Projecto de Lei n.º 1018/XIII - Primeira alteração ao Decreto-Lei 11/2008, de 17 de Janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar, de modo a criar novos direitos nas famílias de acolhimento (CDS-PP)

Exmos. Senhores,

O Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual – STT vem por este meio informar que subscreve o Parecer acima referenciado da CGTP-IN, pelo que em anexo enviamos o referido Parecer e o impresso.

Como os nossos melhores cumprimentos,

A Direcção do STT,


Joaquim Rodrigues Gonçalves

APRECIÇÃO PÚBLICA

DIPLOMA:

PROPOSTA DE LEI Nº_/XIII
ALTERAÇÃO

PROJETO DE LEI N1012/XIII (PAN)/XIII

PROPOSTA DE

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO OU ENTIDADE

STT-SINDICATO DOS TRABALHADORES DE TELECOMUNICAÇÕES E COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL

MORADA OU SEDE:

AV. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 53, 15º ESQ.

LOCAL: LISBOA

CODIGO POSTAL: 1700-165

ENDEREÇO ELECTRÓNICO: stt.sede@mail.telepac.pt

CONTRIBUTO

Parecer da CGTP-IN que este Sindicato também subscreve.

DATA: 13/02/2019

ASSINATURA:


STT - SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS
TELECOMUNICAÇÕES E COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL
Av. Estados Unidos da América, 53-15º Esq. - 1700-165 LISBOA
Telets 21 396 66 52 / 21 396 63 67
stt.sede@mail.telepac.pt Fax: 21 397 25 48

Projecto de Lei nº 1012/XIII (PAN)
Procede à alteração do Regime de Execução do Acolhimento Familiar, reforçando o acolhimento familiar, promovendo uma política efectiva de desinstitucionalização de crianças e jovens

(Separata nº 106, DAR, de 15 de Janeiro de 2019)

APRECIÇÃO DA CGTP-IN

O Projecto em apreciação propõe-se alterar o regime de Execução do Acolhimento Familiar, constante do Decreto-Lei 11/2008, de 17 de Janeiro, tendo como objectivo alterar o paradigma do acolhimento residencial, promovendo o acolhimento familiar em detrimento da institucionalização de crianças e jovens em risco.

Em Portugal, apesar de todas as recomendações, o acolhimento familiar continua a ter uma expressão muito reduzida, sendo as crianças e jovens maioritariamente encaminhados para o internamento em instituições. Esta fraca adesão ao acolhimento familiar tem sido explicada pelo facto de existirem poucos incentivos para as famílias de acolhimento, com a agravante de ainda poderem ser prejudicadas em alguns aspectos, nomeadamente a nível fiscal e no acesso a algumas prestações sociais.

Neste quadro, a primeira proposta deste projecto vai no sentido de fazer uma distinção clara entre o acolhimento familiar exercido a título profissional e o exercido a título não profissional.

Actualmente, de acordo com o regime em vigor, o acolhimento familiar é preferencialmente exercido como actividade profissional, sendo considerado como uma prestação de serviços, só muito residualmente se fazendo referência ao exercício do acolhimento familiar a título gratuito e sem que daí se retirem as devidas consequências em termos de regime jurídico.

O presente Projecto vem clarificar que o acolhimento familiar pode ser exercido a título de actividade profissional ou não profissional, sendo que apenas no caso do acolhimento familiar como actividade profissional há lugar a retribuição pelos serviços prestados, o que nos parece justo.

Já no que diz respeito à atribuição do subsidio para a manutenção de cada criança ou jovem acolhido não nos parece correcto que apenas seja atribuído no caso do acolhimento não profissional, na medida em que, no caso do acolhimento profissional, uma coisa é a retribuição pelo serviço prestado e outra muito diferente é o acréscimo de despesas com a manutenção da criança ou jovem acolhido, que se verifica tanto no caso do acolhimento ser exercido como actividade profissional ou não profissional.

Por outro lado, no que respeita à atribuição de direitos laborais, a CGTP-IN não tem nada a opor a que sejam atribuídos às famílias de acolhimento os direitos de parentalidade previstos na legislação laboral, com as devidas adaptações. No entanto, também aqui devemos distinguir

conforme o acolhimento familiar é exercido como actividade profissional ou não profissional, sendo que, no caso de ser exercido como actividade profissional, a atribuição de direitos de parentalidade não deve ser alheia a esta circunstância e nomeadamente ao facto de, sendo o acolhimento exercido como actividade profissional principal ou secundária por pelo menos um dos membros do agregado familiar, no caso de ser exercida outra actividade profissional, esta deve sê-lo em horário compatível com as funções próprias de família de acolhimento.

Da mesma forma, discordamos em principio da possibilidade de as famílias de acolhimento deduzirem em sede de imposto as despesas com as crianças acolhidas nos mesmos termos em que deduzem as despesas com os seus próprios filhos, excepto na medida em que se trate de despesas que excedam o valor atribuído para a manutenção de cada criança ou jovem acolhido ou no caso de o acolhimento ser exercido a título não profissional e sem remuneração.

Em conclusão, a CGTP-IN concorda que o acolhimento familiar é uma medida de protecção das crianças e jovens em risco que, do ponto de vista social e afectivo, apresenta inegáveis vantagens relativamente à institucionalização, na medida em que permite à criança ou jovem a integração num meio familiar, que é em principio o meio natural mais adequado ao desenvolvimento harmonioso da criança.

Por isso, face à escassa disponibilidade das famílias para o exercício do acolhimento, o Estado deve sem dúvida tomar medidas adequadas à promoção da actividade, a começar pela previsão de formas de atribuição directa de justa compensação pelos serviços prestados.

12 de Fevereiro de 2019

APRECIÇÃO PÚBLICA

DIPLOMA:

PROPOSTA DE LEI Nº PROJETO DE LEI Nº1018/XII (CDS-PP) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO OU ENTIDADE

STT-SINDICATO DOS TRABALHADORES DE TELECOMUNICAÇÕES E COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL

MORADA OU SEDE:

AV. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 53, 15º ESQ.

LOCAL: LISBOA

CODIGO POSTAL: 1700-165

ENDEREÇO ELECTRÓNICO: stt.sede@mail.telepac.pt

CONTRIBUTO

Parecer da CGTP-IN que este Sindicato também subscreve.

DATA:13/02/2019

ASSINATURA:


STT - SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS
Telecomunicações e Comunicação Audiovisual
Av. Estados Unidos da América, 53-15º Esq. - 1700-165 LISBOA
Telets 21 396 66 52 / 21 396 63 67
stt.sede@mail.telepac.pt Fax: 21 397 25 48

**Projecto de Lei nº 1018/XIII (CDS-PP)
Primeira alteração ao Decreto-Lei 11/2008, de 17 de Janeiro, que aprova o Regime de
Execução do Acolhimento Familiar, de modo a criar novos direitos nas famílias de
acolhimento**

APRECIÇÃO DA CGTP-IN

Este Projecto tem como objectivo alterar o regime de execução do acolhimento familiar, a fim de promover a medida de acolhimento familiar como resposta preferencial para crianças e jovens em risco no âmbito das Medidas de Colocação legalmente referenciadas.

Ao contrário do que sucede na maior parte dos países europeus, e apesar de tecnicamente ser considerado a forma privilegiada de colocação das crianças em risco, o acolhimento familiar tem entre nós uma implementação muito reduzida.

Recentemente, tem-se entendido que a escassez da implementação desta medida e o número reduzido de famílias dispostas a acolher crianças e jovens neste âmbito se deve à falta de apoios que lhes são dispensados.

Neste sentido, este projecto propõe a concessão de alguns direitos a estas famílias, designadamente em termos fiscais com a possibilidade de incluir as crianças ou jovens acolhidos no seu agregado familiar para este efeito, bem como a sua equiparação a filhos para efeitos de atribuição do direito a licenças, faltas e dispensas de parentalidade no âmbito do Código do Trabalho.

Sem prejuízo de considerarmos estas medidas adequadas, consideramos que a o incentivo ao acolhimento familiar exige mais, nomeadamente uma clara distinção entre o acolhimento familiar profissional e o não profissional e o acolhimento pela família alargada, sem prejuízo de todos seguirem um regime semelhante, com as devidas adaptações, mas sempre com a atribuição às famílias de acolhimento de um subsídio específico, com a natureza de prestação familiar, para compensar o acréscimo de despesas com a criança ou jovem acolhido, além da retribuição pelos respectivos serviços no caso do acolhimento profissional.

Em conclusão, a CGTP-IN considera que o acolhimento familiar é uma medida de protecção das crianças e jovens em risco que, do ponto de vista social e afectivo, apresenta inegáveis vantagens relativamente à institucionalização, na medida em que permite à criança ou jovem a integração num meio familiar, que é em principio o meio natural mais adequado ao desenvolvimento harmonioso da criança.

Por isso, face à escassa disponibilidade das famílias para o exercício do acolhimento, o Estado deve sem dúvida tomar medidas adequadas à promoção da actividade, a começar pela previsão de formas de atribuição directa de justa compensação pelos serviços prestados.

Em segundo lugar, consideramos que seria também adequado prever e regular devidamente o acolhimento familiar como actividade não profissional, podendo inclusivamente ser exercida por pessoas ou agregados com uma relação de parentesco com a criança ou jovem em causa, caso em que a família de acolhimento deveria gozar, relativamente à criança ou jovem acolhido, de todos os direitos e benefícios sociais e fiscais aplicáveis aos filhos, e ainda do direito a um subsídio específico, com a natureza de prestação familiar.

12 de Fevereiro de 2019